

# FAVELA: DE LUGAR DA EXCLUSÃO À LUGAR DA RESISTÊNCIA

Trabalho inscrito no EGAL2009 na 9306, Abstract nº 5879

5-Dinâmica urbana

BRITO RODRIGUES, EDMILSON<sup>1(\*)</sup>

1 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA | (\*) Brazil

Email: [edmilsonbritorodrigues@uol.com.br](mailto:edmilsonbritorodrigues@uol.com.br).

## **Preliminares metodológicas**

A análise espacial a partir da categoria **uso do território** é uma questão de método que expressa uma concepção dialética de espaço; espaço concebido como totalidade sistêmica dinâmica de objetos e ações apreensíveis nos usos já realizados, nos que estão em processo de realização e nos que estão contidos nos eventos, como intencionalidade e como potencialidade. O uso do território permite perceber as fricções entre as classes e as empresas que o habitam como um espaço banal, permitem melhor compreender a dinâmica entre territórios, mormente a relação entre países cêntricos e as sua corporações empresariais de origem e os periféricos do sistema. Território, assim entendido, é território usado, sinônimo de espaço geográfico, apreendido analiticamente como um nome político para o espaço geográfico de um país, permitindo diferenciar as totalidades *espaço* ou *espaço geográfico global*, de um lado, e *território usado* de outro, estando este sob abrangência do Estado territorial (SANTOS e SILVEIRA, 2001). A seletividade dos lugares é característica do uso do território no período atual – técnico-científico e informacional. Depreende-se que as diferenciações e desigualdades territoriais, desde a concretude dos eventos que se expressam no controle corporativo ou institucional dos elementos da densidade técnico-informacional planejada hegemonicamente para ser incorporada a certos lugares, compõem a dinâmica de reconfiguração geográfica eletiva dos lugares. É segundo essa lógica que os lugares se tornam mais densos, fluidos, rápidos e luminosos ou mais rarefeitos, viscosos, lentos e opacos. Enfim, a análise dos eventos através da mediação da formação sócio-espacial qualifica a relação espacial entre o global e local, entre o mundo e lugar. As desigualdades sócio-espaciais e a produção de lugares segregados, opacos, onde predominam formas horizontais de solidariedade, como são as favelas existentes na quase totalidade das cidades brasileiras, podem ser analisadas nessa perspectiva.

O motor que determina a seletividade é a avaliação das empresas sobre as condições mais ou menos favoráveis que os lugares apresentam ou por eles oferecidas para auferirem maior

massa de lucro. É essa a lógica da insurgente divisão territorial do trabalho no período atual. O sistema de ações normativas legais cumpre a função de legitimar o caráter seletivo dos eventos e o uso hegemônico potencial nele contido assim que se complete a refuncionalização territorial intencionada. Muitos lugares se oferecem a tornarem-se espaços luminosos pela ação seletiva hegemônica. A ilusão de que a densificação técnica do lugar para atender aos interesses das empresas pode também redundar em benefícios ao próprio lugar e seu substrato social faz com que muitos agentes políticos desde os lugares tornem-se meros administradores dos interesses dessas empresas. Os resultados são, em geral, catastróficos em termos sócio-espaciais. Esse aumento de densidade técnico-informacional funcionais à razão hegemônica é produtor de desigualdades sociais, mesmo porque empreendimentos capital-intensivo geram poucos postos de trabalho e renda à população, apesar da ilusão criada pela ideologia de que o progresso do capital é também redução das desigualdades sócioespaciais.

### **Expressão da racionalidade capitalista a favela é produtora de outra racionalidade**

Favela é um termo do idioma português do Brasil que significa um “conjunto de habitações populares toscamente construídas (via de regra em morros) e desprovidas de recursos higiênicos” (FERREIRA, s/d: 615). Mas o senso filológico está longe de expressar a complexidade dessa forma-conteúdo<sup>1</sup> no âmbito da aceleração contemporânea do mundo. Pode-se afirmar que a favelização do território brasileiro é imanente ao seu processo de urbanização essencialmente ancorado em uma racionalidade capitalista de submissão e dependência. Mas pode-se afirmar, também, que a favela, em sendo um lugar geográfico onde predominam os acontecimentos solidários, logo, os interesses dos homens e mulheres que vivem do trabalho, pode se tornar espaço fértil para experiências contrarrestantes aos acontecimentos hierárquicos, ou seja aqueles obedientes à razão hegemônica .

O fenômeno da favelização é especialmente marcante nos países periféricos. A qualidade da nova densidade temporal no concernente ao uso do território manifesta-se na explosividade e ruptura de sua urbanização, como processo que desnute, desampara e desabriga. O uso hegemônico do território busca lhe tornar disponível e apto à “fornecer a fresca energia de um sempre quase-caos”, tornando as cidades “expressão desse padrão, onde as prioridades apontam

---

<sup>1</sup> Forma-conteúdo, entendida aqui, na acepção que Milton Santos dá ao termo: híbrido de materialidade e relações sociais que, nos lugares cria seus próprios tipos de solidariedade, realizando metamorfoses na divisão do trabalho que permitem uma multiplicidade de combinações adaptáveis e sustentadas ao seu próprio meio geográfico, em uma espécie de “flexibilidade tropical”, o que é condição para que o lugar seja espaço de resistência (Santos, 2006: 324).

para as necessidades das corporações e os interesses das minorias privilegiadas” (BRANDÃO, 1993: 196). No bojo do dinâmico processo de divisão sócio-espacial internacional do trabalho, o território, ao mesmo tempo globalizado e fragmentado, torna-se paradoxal: o país enriquece, ao mesmo tempo que aprofunda a pobreza estrutural que tem a fome, o analfabetismo, as epidemias, a violência, entre outras mazelas sociais, como marcas inocultáveis do tempo presente, de toda a nação e, mais fortemente, dos mais pobres (SOUZA, 1994).

As cidades brasileiras se inserem nessa dinâmica de submissão aos interesses corporativos das redes existentes. As corporações apoderam-se, remanejam, assaltam, tomam, assolam, rompem e se apoderam dos antigos núcleos das cidades. Um território terá maior ou menor densidade ou rarefação conforme as próteses incorporadas ao território sejam mais ou menos significativas. Essa densidade, além de técnica é informacional e se expressa na fluidez da informação, no controle hegemônico ou popular do uso dessa informação, nas normas estabelecidas em leis ou as informais, normas entendidas como sistema de ações e sistema de objetos, haja vista que a refuncionalização do território para atender o uso das empresas torna o território norma; este influencia na dialética limites/possibilidades dos usos não interessantes a essas corporações.

Os processos sócio-espaciais imbricados nesse padrão tendem a se expressar em segregação e deterioração, na dificuldade de fluidez na malha urbana para os que vivem nas periferias, na ausência ou precariedade de equipamentos urbanos de saneamento, na precária qualidade e insuficiência dos serviços de saúde e educação, no desemprego, no subemprego, etc. Esse quadro, conforme observa Milton Santos, tem ocasionado medo da pobreza e dos pobres. “Isso é grave, porque acabamos sendo mais medrosos das vítimas que mesmo das causas da miséria”. E profetiza: “no maravilhoso mundo novo que agora nos preparam, as grandes cidades no Brasil serão ainda maiores e mais carregadas de miséria”. Para Santos, além das grandes extensões territoriais é grave o grau de imobilidade absoluta ou relativa a que os pobres são condenados. Subordinados ao mercado, ficam cada vez mais pobres, ao mesmo tempo em que os bens e serviços vão tornando-se mais raros nas frações da cidade onde os pobres estão segregados, confinados. As grandes cidades, nessa perspectiva, “serão tão fragmentadas material e socialmente quanto já o são hoje seus moradores.” (Santos, 1985, p. 3). Corrobora essa perspectiva analítica o dado de que somente nos 9 primeiros meses de 2007 a polícia do Estado do Rio de Janeiro ter executado a morte de 961 pessoas faveladas, média de sete vidas ceifadas a cada dois dias, a maioria de maneira sumária. O argumento central a fim de justificar a

perpetração desse extermínio é o da necessidade de combater o crime organizado. Contudo, chama atenção a fala do governador do Estado que ao considerar as favelas uma “fábrica de produzir marginal” (MERLINO, 2007: 5), contribui para a criminalização das comunidades pobres, favorece a interesses hegemônicos, inclusive dos sujeitos principais do processo de sustentação do próprio crime organizado.

O processo de favelização das cidades brasileiras é, inquestionavelmente, a face mais contundente da crise urbana. A construção de uma sociedade e a de um território são indissociáveis. O nacional é o territorial. Uma cuidadosa relação espaço-poder pode ser capaz de evitar, tendo como pressuposto a necessidade de um projeto de Brasil, para todo o território brasileiro, os riscos de um processo doloroso de fragmentação, diante da complexidade da vida das nações contemporâneas.

Assiste razão a Paul Singer quando afirma que “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres”. Contudo, vale ressaltar que a favela como lugar para os pobres é produzida pela racionalidade da cidade capitalista e é parte desta e não marginal a esta; é uma contrarracionalidade inerente à lógica da reprodução sócioespacial do capital. Realmente, a propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. E como o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos, pelo contrário, tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, significa que uma parte representativa da população não terá meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano, indo morar em lugares em que os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc. Ora, quando os direitos da propriedade privada passam a valer, os moradores dessas áreas “são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo.” (Singer, 1982, p. 33).

É significativo, nessa perspectiva, que pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP) para o Ministério das Cidades revele o dobro do número de assentamentos precários com relação ao indicado pelo IBGE. Pesquisou-se 561 municípios das regiões metropolitanas e os demais que em 2000 contavam com mais de 150 mil habitantes. Encontram-se vivendo nos 14.576 setores censitários classificados como Assentamentos Precários 12.415.831 habitantes, o que equivale a 14,1% dos municípios pesquisados, e 3.165.086 ou cerca de 13% dos domicílios estudados (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007).

Enfim, uma situação dramática que tende a se aprofundar se a lógica financeira continuar a determinar os tipos de uso do território e, por conseguinte, mantiver o atual processo de urbanização desigualizadora, em termos sócio-espaciais, de nosso país. Contudo, a desigualdade sócio-espacial é, para além de consequência das intencionalidades hegemônicas, expressão concreta do caráter desigual e combinado imanente à formação sócio-espacial brasileira, sendo, portanto, ela própria uma contra-racionalidade à racionalidade do desenvolvimento capitalista em sua dimensão urbana.

E as favelas, objetivações das desigualdades sócio-espaciais, tornam-se ao mesmo tempo lugares produtores da resistência, produtores do futuro, visto como possibilidade, desde que se expresse como intencionalidade política oposta à dos sujeitos hegemônicos, cuja lógica centra-se na mercantilização de tudo e, por conseguinte, de todo o território compreendido como conjunto indissociável dos sistemas de objetos e de ações.

### **Elementos ds desigualdades intraurbanas e uso contra-hegemônico planejado do território**

A Concentração demográfica e o aumento desproporcional da densidade demográfica nos lugares favelizados são características do meio técnico-científico e informacional que tornou desconsiderável os limites entre o urbano e o rural. O perfil demográfico de concentração nas áreas urbanas determina, em grande medida, a dinâmica econômica das metrópoles. Os dados IBGE (2001), tendo como referência a ocupação no mercado formal, revelam que as regiões metropolitanas apresentam cada vez mais uma tendência a centrar no terciário (comércio e serviços) o principal de suas atividades. A reduzida oportunidade de participação no mercado formal provoca a criação popular de estratégias de inserção produtiva nas chamadas atividades econômicas do circuito inferior da economia que inclui os circuitos informais. A distribuição de renda é uma das marcas das desigualdades.

Com o processo de adensamento populacional agravam-se os problemas sociais nas urbes. Tratam-se de áreas marcadas pela alta concentração de moradias inadequadas, casas construídas nas encostas ou sobre as áreas de várzea de rios urbanos em sistemas de palafitas, onde inexitem ou são insuficientes as infra-estruturas e os serviços básicos como: saneamento (drenagem pluvial, coleta e tratamento dos esgotos domiciliares, industriais e comerciais; rede de água potável, coleta e tratamento de lixo). A situação de pobreza é gravíssima. Os índices de desemprego, mesmo em conjunturas menos desfavoráveis, é elevado. O subemprego torna-se

“opção” única de trabalho, como verdadeiro de escravidão inerente à esse tipo de modernização incompleta das cidades, como costuma chamar Maria Adélia de Souza; índices de violência e criminalidade, em consequência dessas desigualizações sócioespaciais em processo também tornam-se elevados. Face às dificuldades, surgem e consolidam-se movimentos populares que denunciam as condições precária de vida nesses lugares e exigem investimentos públicos para a implantação de serviços infra-estruturais e sócio-culturais (rede de esgoto, saneamento, arruamento, educação e saúde).

As experiências advindas dos “de baixo” desde os lugares de planejamento são sempre de caráter territorial, a despeito de serem realizadas sem a consciência de que se trata de um processo social de planejamento. O planejamento tecnocrático realizado a partir das estruturas institucionais a serviço das corporações, feito à revelia da população e seu território é, desse modo, permanentemente tencionado. As formas organizativas não pedem licença à sociologia hegemônica para serem reconhecidas como sociedade civil. Essa disciplina, em geral, mantém na invisibilidade as formas não convencionais de organização e resistência de ações não hegemônicas, onde a função social da cidade em oposição à cidade mercadoria tem lugar central; a diversidade das culturas e das práticas da vida social, a cotidianidade, tornam-se elementos estruturantes do espaço, através das totalizações dinâmicas contra-hegemônicas expressas nos usos que os de baixo fazem do território.

A luta por uma estrutura urbanística garantidora do direito à moradia digna, escola, serviços públicos de saúde, rede de abastecimento de água, entre outros, são elementos do projeto construído desde os lugares e que sustentam a práxis transformadora. As práticas sociais urbanísticas dos de baixo desde os lugares constituem processos de construção de uma nova cultura política baseada no protagonismo popular. O projeto, desse modo, vincula-se ao desenvolvimento sócioeconômico-cultural da cidade e não aos interesses do capital imobiliário, ainda que a lógica desse seja hegemônica na cidade capitalista. Entendidas como produção de contrarracionalidades à racionalidade dominante, esse projeto de democracia popular invisível, além de tudo, dinamiza o circuito econômico não monopolista – circuito inferior - permitindo novos arranjos para a produção local, potencializando cadeias produtivas de pequena escala, alimentando formas alternativas de solidariedade nos lugares e com outros lugares. A cooperação solidária e não a mera cooperação para completar o processo geral da acumulação de capital que, a rigor, é concorrência, é a chave dessa dinâmica que, afirma a produção e controle popular de novos fenômenos técnicos forjados na práxis sócioespacial contrarrestante da racionalidade

hegemônica. A construção dessas formas alternativas de produção do sistema de objetos e ações expresso na favela se torna essencial para conquista do direito aos direitos; significa ação dos hegemônicos como sujeitos efetivos do processo de instalação de infraestruturas urbanas básicas e serviços coletivos de valorização da vida, incluindo sua dimensão cultural. O direito à cidade é vislumbrado ao possibilitar o usufruto de condições necessárias para a produção e para realização pessoal de indivíduos até então alijados do trabalho pelo desenvolvimento econômico concentrador de renda. Dado que os lugares manchados pela pobreza intencionalmente forjada pela lógica hegemônica em função desse padrão de uso do território são portadores de grande quantidade de mulheres que comandam e sustentam - sem a presença da figura do chefe homem, comum as famílias tradicionais - suas famílias, a sua participação nesses processos populares de planejamento e ação sócio-territoriais pelo direito à cidade, implica no reconhecimento de seu papel de destaque na vida pública e repercute na formulação de políticas para a garantia do direito à implantação de creches públicas nesses lugares, programas e combate à violência, entre outros elementos espaciais expressivos da possibilidade de um território igualitário e feliz.

### **Considerações derradeiras**

Dramaticamente, a crise urbana como dimensão mais significativa da crise sócioterritorial brasileira, expressa-se em uma profunda e descontrolada degradação sócioespacial e em um processo produtor de paisagens tristes (SOUZA, 2003a) como manchas generalizadas no conjunto do território. As incontáveis favelas, acampamentos de sem-tetos e sem-terra, visíveis em todos os azimutes devem ser entendidos como contrarrazionalidades à lógica do capital. Pois, se é correto afirmar que, em última análise, a cidade capitalista não tem lugar digno para os pobres já que a posse de uma renda monetária é requisito indispensável à ocupação do espaço urbano, o que a economia capitalista não assegura a todos, pelo contrário dramatiza a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo, é também verdade que a cidade é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares – espaços do acontecer solidário -, haja vista que nele estão instalados e convivem - alguns poucos prosperando às custas da maioria -, todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização. Por isso, nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir (SANTOS, 2006; SOUZA, 2003b). A partir desses lugares, habitados pelos “de baixo”, pelos homens e mulheres pobres e lentos, pode-se perceber que a infelicidade objetiva imanente as suas paisagens tristes, é um processo coetâneo a uma felicidade subjetiva (SOUZA, 2003a) contrarrestante, que

explica as manifestações mais ou menos conscientes de rebeldia, espécies de revanches sócioterritoriais (SANTOS, 2002) ao desmanche da vida concernente à cidade do capital.

Como proclama Eduardo Galeano (2006), a perversa herança colonial que tenta nos obrigar a crer que só podemos repetir, mas nunca transformar a realidade; em suas palavras: “que o que foi é e será, que amanhã não é mais que outro nome para hoje”, em uma espécie de realismo fatalista; “agora que os donos do mundo nos estão obrigando a nos arrepender de toda a paixão, agora que está tão na moda a vida frígida e mesquinha, não custa nada recordar aquela palavrita que aprendemos nos contos de nossa infância, ‘abracadabra’, a palavra mágica que abria todas as portas, e recordar que abracadabra significa, em hebreu antigo: ‘envia o teu fogo até o fim’. E, “não deixarmos nunca de cavalgar o belo corcel da dignidade”. Por que são essas revanches desde os lugares (e cada vez mais universais) que permitem afirmar a possibilidade de um projeto de futuro de humanização e embelezamento da paisagem urbana, no bojo de um sistema sócio-espacial, melhor dizendo, da utopia de um modo socialista de produção das condições materiais e culturais da vida com dignidade.

## 6. Bibliografia

- BRANDÃO, Maria de Azevedo R. Brasil: Uma Urbanização Sanguinária. In: SCARLATO, Francisco et al. Globalização e Espaço Latino-Americano, São Paulo: HUCITEC-ANPUR, p. 187-198. 1993.
- DURAN, Sérgio. Um em cada seis paulistanos vive em favelas. In. Estado de São Paulo on line, sábado, 14 de julho de 2007, colhido em [http://render.estadao.com.br/cidades/not\\_cid18996.0.htm](http://render.estadao.com.br/cidades/not_cid18996.0.htm), em 17 de dezembro de 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, sd.
- GALEANO, Eduardo. “Abacadabra”. In.: Jornal Brasil de Fato – América Latina, 20-26 abril 2006, p. 10.
- MERLINO, Tatiana. Polícia e governador do Rio com as mãos sujas de sangue. In: Jornal Brasil de Fato, 1º a 7/11/2007, p. 5.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Estudo contratado pelo MCidades revela o dobro de precariedade da indicada pelo IBGE. Colhido de <http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=section&id=282>.



- RODRIGUES, Edmilson Brito. Aventura Urbana: Urbanização, Trabalho e Meio Ambiente em Belém. Belém: NAEA/UFPa: 1996.
- \_\_\_\_\_. Gestão Participativa - Tucunduba, de lugar da exclusão à força do lugar: a favela em uma “baixada” de Belém vista pela ótica da resistência/Gestione Participativa - Tucunduba, da luogo di esclusione a luogo di forza: la favela in uma “baixada” di Belém vista dall’otica della resistenza. In: DUARTE, Cristóvão, LUCARELLI, Francesco e SCIARRETTA, Massimo (organizadores/a cura di). Favela&Cidade. Napoli: Giannini Editore, 2008, 1ª Edição, p. 87-107.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001, 473 p.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006, 4ª edição, 2ª reimpressão.
- \_\_\_\_\_. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985 (Coleção Espaços).
- \_\_\_\_\_. A Revanche do Território. In: O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002: 84-6. (FSP - 03/08/1997).
- SINGER, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In: MARICATO, Ermínia. A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Omega, p. 21-36, 1982.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida. Geografias da Desigualdade: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITC/ANPUR, 1994, pp. 21-8.
- \_\_\_\_\_. SOUZA, Maria Adélia A. Geografia, Paisagem e a Felicidade. Fortaleza: mimeo., 2003ª.
- \_\_\_\_\_(Org). Território Brasileiro: usos e abusos (Introdução), Campinas: Edições Territorial, 2003b.